



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

RESIFIGNICANDO CAMPO E CIDADE: AS MIGRAÇÕES PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E AS PERCEPÇÕES DOS ASSENTADOS SOBRE OS ESPAÇOS RURAL E URBANO

Silvia Lima de Aquino

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de

Janeiro- FAPERJ

E-mail: silvia.aquino@gmail.com

1. Introdução

Este trabalho – que deriva das reflexões presentes em minha dissertação de mestrado – teve por objetivo examinar as percepções dos integrantes de assentamentos de reforma agrária a respeito dos espaços rural e urbano, dada as suas experiências migratórias até a chegada aos assentamentos. Para tanto, optamos por uma análise qualitativa, fundamentada no ponto de vista dos próprios assentados sobre suas trajetórias migratórias, cujo pano de fundo centrou-se no debate sobre das relações entre campo e cidade. Deste modo, empreendemos uma discussão cujas temáticas principais foram o par rural-urbano e as migrações e assumimos como ferramentas teóricas conceitos de *trajetória* e *habitus*, formulados por Pierre Bourdieu.

O trabalho de campo foi realizado nos Assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, ambos situados em Campos dos Goytacazes, município pertencente à região Norte Fluminense. Por meio de entrevistas semi-estruturadas e da observação participante foram colhidos depoimentos dos assentados. Isto permitiu a reconstituição de suas trajetórias e, ao mesmo tempo, a avaliação de percepções, significados e representações que envolvem os itinerários descritos.

Dessa forma, este trabalho não se constitui em um estudo clássico a respeito das migrações, cuja essência fundamenta-se na análise de informações estatísticas, tampouco, apresenta uma teoria geral referente ao tema. Mas, configura-se em uma tentativa de se empreender uma reflexão sobre como estes processos ocorrem, em uma perspectiva em que a reforma agrária é entendida também como motivadora da mobilidade espacial dos indivíduos.



2. Considerações sobre o debate entre o rural e o urbano

De acordo com Ferreira (2002) no final dos anos 1960 nos países de capitalismo avançado e no início da década de 1980 no Brasil, correntes teóricas que abordavam as relações campo-cidade apontavam para o fim do rural, em virtude do processo de urbanização em curso e da integração entre indústria e agricultura, acompanhada pela exacerbação do êxodo rural. Segundo Giuliani (1990), na Europa tudo parecia indicar que o urbano iria se sobrepujar rapidamente ao rural, diante das aparentes conveniências que a cidade tinha a oferecer. A agricultura se tornaria apenas mais um ramo da indústria e os agricultores seriam os funcionários suburbanos.

A cidade, no contexto destas análises, consistia no lócus do desenvolvimento econômico e da modernização, enquanto o campo era entendido como um espaço arcaico, por isso em declínio. Segundo Sauer (2003) esta visão dicotômica ora contrapõe os dois pólos, ora subordina, incondicionalmente, o rural ao urbano “*através do estabelecimento de uma estreita identificação entre urbano e moderno, de um lado, em oposição ao rural e tradicional de outro* (SAUER, 2003, p. 2).”

Todavia, de acordo com Wanderley (1999), em função de fatores como a crise do modelo de sociedade (desemprego, violência urbana, etc.), a diminuição do êxodo rural; as novas demandas no que diz respeito à modernização da agricultura, principalmente no que tange a sua sustentabilidade social; a referência explícita a uma identidade que se pretende rural e as novas exigências a respeito da cidadania no campo impõem a necessidade de uma reflexão sobre o que vem a ser o “rural” e a respeito de quem pertence (ou se identifica como) rural no Brasil atualmente. Esta conjuntura fundamentou o surgimento de teorias que passaram a discutir as potencialidades do rural enquanto espaço de reformas sociais, procurando evidenciar a existência de uma realidade mais complexa. Assim, a partir de uma tentativa de superar o debate fundado na dicotomia rural-urbano emergiram questionamentos sobre até que ponto esta dualidade se apresentava como um referencial teórico pertinente para entender esses espaços.

Wanderley (1999) afirma ainda que no Brasil este questionamento foi impulsionado, sobretudo, pela ascensão de movimentos sociais no campo. O mais expressivo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que apresentou como principal elemento da sua pauta de reivindicações a demanda pela volta ao campo,



para surpresa de muitos, que anteviam o fim do rural e, por isso, interpretavam as migrações para as cidades como fato inexorável, significando uma espécie de libertação da dependência tradicional presente no campo. Assim, de acordo com Ferreira (2002, p.30-31) “*as ciências sociais passaram a analisar o rural por meio de correntes teóricas que introduziram questões como as novas ruralidades, renascimento rural, reconstrução da ruralidade, novo rural, etc.*”

Neste sentido, para Carneiro (1998) é preciso rejeitar trabalhar com oposições binárias do rural e urbano, de modo a apreender as visões de mundo que integram estes espaços, na medida em que campo e cidade apresentam-se como realidades diferenciadas, mas não como espaços antagônicos. Isto, de certo modo, nos leva a inferir que nem tudo o que existe no campo é estritamente rural e, por conseguinte, nem tudo o que é verificado na cidade é apenas urbano.

3. Migrações: Algumas considerações

As migrações em suas mais variadas expressões apresentam certos desafios no que diz respeito a sua compreensão, uma vez que, referindo-se genericamente aos fenômenos de mobilidade espacial, isto é, aos deslocamentos de contingentes populacionais de uma região para outra, trazem à baila diversos sujeitos portadores de diferentes visões de mundo.

Estudiosos como Arango (1985) e Peixoto (2004) acreditam que o tema das migrações manteve-se por muito tempo, na melhor das hipóteses, à margem nos estudos empreendidos pelos autores clássicos das principais ciências sociais, quando não foi simplesmente ignorado. Ainda hoje, nos estudos sociológicos, esta temática surge, rotineiramente, *a reboque* de outros temas considerados clássicos, como gênero, trabalho, educação, etc. Por isso, para estes dois autores, embora tenha ocorrido um refinamento analítico no que concerne aos estudos dos processos migratórios, o estágio de desenvolvimento teórico ainda não corresponde à importância do fenômeno.

Deste modo, mesmo que haja uma diversidade de possibilidades de análise a respeito das migrações, em regra, os estudos sobre esta questão são essencialmente estatísticos. Ao definirem suas causas e conseqüências, o cerne do debate, na maioria das vezes, limita as justificativas aos fatores econômicos arrolados nestes processos. Observa-se, então, que a exemplo de outros conceitos presentes nas Ciências Sociais, a



busca pela delimitação dos fatores que desencadeiam as migrações é, frequentemente, acompanhada da clássica dualidade a respeito da unidade de análise que seria mais pertinente: o indivíduo ou a sociedade. Neste caso, o migrante ou o processo que impulsiona a migração.

Diante disso, para Matos (2003) e Peixoto (2004) o debate acerca das migrações são, amiúde, divididos em duas principais abordagens, uma de cunho micro e outra de cunho macrossociológico. A primeira fundamenta-se na crença da capacidade de racionalidade individual do sujeito, a partir da realização dos cálculos dos custos e benefícios de se aderir ou não à estratégia da migração, dadas as condições objetivas do local de partida e chegada. A segunda entende as migrações como fenômenos decorrentes de fatores histórico-estruturais, consequência da situação econômica, política e social de determinado momento, portanto, capazes de suprimir os interesses individuais dentro do processo decisório.

Ambas as abordagens buscam explicar as migrações a partir do trabalho empírico, baseado na coleta de informações, convertidas em estatísticas, principalmente através da aplicação de questionários. Todavia, Muniz (2002) acredita que apesar destas explicações serem válidas para questionarmos o fenômeno das migrações, não são por si só, satisfatórias. Isto porque os migrantes não respondem de forma automática às variadas crises, têm prioridades e agem de formas distintas e, nem sempre são capazes de empreender cálculos perfeitos.

Neste sentido, Menezes enfatiza (2002) que as fontes tradicionais de informações, como o Censo ou questionários já não são suficientes para explicar diversos aspectos dos movimentos migratórios, em virtude de sua generalização. Para Esterci (1985), a migração, por mais significativa que seja em termos estatísticos, deve ser vista como uma contingência de um determinado grupo. Isto porque, antes de migrar e ser migrante, o grupo ou o indivíduo é portador de um passado que precisa ser considerado.

Garcia Júnior (1989), também problematiza a análise dos movimentos migratórios fundamentada apenas pela vertente econômica e, em particular, as interpretações que associam os deslocamentos populacionais a uma relação de causa e consequência da expansão industrial. Para o autor, reflexões deste tipo cerceiam questionamentos acerca dos efeitos múltiplos dos deslocamentos, tanto sobre os que



partem como sobre os que ficam no campo, e sobre as relações que os indivíduos mantêm com o local de origem e de chegada.

É neste contexto que ganham espaço e importância as análises qualitativas a respeito das migrações, cujo intuito é responder a algumas limitações e preencher lacunas colocadas pelos exames, especialmente, quantitativos. Portanto, a preocupação não se concentra exclusivamente nos elementos passíveis de quantificação, fundamentados somente em aspectos econômicos, mas passa a considerar, principalmente, os fatores subjetivos relacionados a estes fenômenos.

3.1. Trajetória e *habitus*: aportes teóricos para análise das migrações.

A opção por estabelecer uma análise qualitativa a respeito das migrações urbano-rural e rural-urbano-rural, em que pese às discussões sobre a capacidade da reforma agrária impulsionar estes fenômenos e o debate referente ao par rural-urbano aponta para uma reflexão de forma articulada aos conceitos de *habitus* e de trajetória desenvolvidos por Pierre Bourdieu (2005; 2007). Deste modo, neste trabalho ao considerarmos as observações de Bourdieu (1998; 2007), tomamos as trajetórias como biografias conformadas pelos indivíduos ao longo dos caminhos percorridos durante as migrações e/ou seus ciclos de vida. As posições ocupadas na sociedade são organizadas pelos indivíduos a partir de suas trajetórias e compreendem uma série de disposições, capazes de orientar as suas ações na vida cotidiana. Este arranjo remete-nos então, à noção de *habitus* estabelecida por Bourdieu (2005; 2007), um sistema de esquemas individuais portadores de disposições estruturadas coletivamente, e estruturantes de forma individual, adquirido nas e pelas experiências práticas.

4. O trabalho de campo

4.1. Breve contextualização da região de pesquisa

Tendo a discussão travada acima com suporte e munidos destes instrumentos teórico-conceituais, efetuamos um trabalho de campo em dois assentamentos rurais, cujo pressuposto foi o de empreender uma análise qualitativa das migrações. Por isso, nosso ponto de partida repousou em uma avaliação baseada na interpretação dos assentados sobre suas identidades e trajetórias.



O trabalho de campo que subsidiou este artigo foi realizado em dois assentamentos rurais denominados Che Guevara e Ilha Grande, situados no Norte Fluminense, mais precisamente, em Campos dos Goytacazes. O Norte Fluminense é historicamente caracterizado por ter sido uma das regiões brasileiras mais proeminentes no cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, o que tornou a produção de derivados deste artigo uma das atividades econômicas de maior expressão na região.

Neste contexto, destaca-se o município de Campos dos Goytacazes e seu entorno, localidade que concentrou e, de forma incipiente ainda concentra, a atividade canavieira regional. No auge da atividade canavieira, Campos dos Goytacazes contou com inúmeras fazendas produtoras de cana-de-açúcar e, aproximadamente, vinte e quatro usinas responsáveis pelo beneficiamento deste produto, o que possibilitava ao município distribuir sua produção pelo país inteiro (CARVALHO e SILVA, 2004).

Dada a intensidade da produção e os vultosos capitais que envolviam a atividade, já que o açúcar constituía-se em um artigo fundamental de exportação brasileira, os produtores (usineiros e fazendeiros) gozavam de forte influência no governo federal, a ponto de pressionarem-no exigindo o fornecimento de subsídios para possibilitar a manutenção e expansão da atividade canavieira. O marco central desta conjuntura foi a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933. O papel principal deste Instituto era o de controlar a produção sucroalcooleira por meio da determinação de cotas de produção (CARVALHO e SILVA, 2004); (NEVES, 1997a).

Apesar da pressão exercida pelos produtores, a política do IAA não foi homogênea. Conciliou o atraso tecnológico atravessado pela região Norte Fluminense com a modernidade das usinas de São Paulo, tornando este Estado o maior fabricante de açúcar do país e um dos maiores do mundo. Ao mesmo tempo, Campos dos Goytacazes perdia mercado em decorrência da defasagem na tecnologia utilizada, cujo resultado foi a venda ou falência de diversas usinas (BARBOSA, 2003).

Diante desta defasagem tecnológica, nos anos 1970, ocorreu um processo de reestruturação do padrão produtivo das usinas sucroalcooleiras campistas, no entanto, desacompanhado do aumento da produção de matéria-prima na mesma magnitude. Faltava cana-de-açúcar para as indústrias que operavam de forma ociosa. Sem matéria-prima para trabalhar, muitas usinas entraram em falência, ocasionando o desemprego e, conseqüentemente, contribuindo para o êxodo rural (NEVES, 1997b).



Esta crise é abrandada na segunda metade dos anos 1970 com a criação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), que tinha por objetivo o aumento da produção de safras de cana-de-açúcar a fim de produzir o álcool, cujo papel era o de substituir os derivados do petróleo, principalmente a gasolina, em função do alto preço do produto no mercado internacional. Apesar de um reaquecimento no setor sucroalcooleiro promovido pelo PRÓALCOOL, a partir de 1980 o país atravessa uma grave recessão econômica, que comprometeu a continuidade do programa. Nos anos 1990, em virtude, em parte, das conseqüências da crise, o IAA foi extinto (AZEVEDO, 2004); (NEVES, 1997a).

Desta forma, o fim dos investimentos massivos no setor sucroalcooleiro, atrelado à tensão anterior da década de 1970 resultou em um colapso das usinas beneficiadoras da cana-de-açúcar entre 1980 e 1990 e, por conseguinte, acarretou uma sucessão de falências. As falências, obviamente, contribuíram mais uma vez, para o aumento do desemprego no campo, elevando a ocorrência do êxodo rural, que já vinha acontecendo de forma expressiva desde os anos 1970. Ao chegar à cidade sem qualificação profissional grande parte dos indivíduos que migrou continuou desempregada, agravando ainda mais os problemas sociais comuns às periferias urbanas.

É neste cenário que o MST retoma, a partir dos anos 1990, suas ações no Estado do Rio de Janeiro e volta sua atenção para a região Norte Fluminense. Havia ali uma vasta extensão de terras improdutivas em função das sucessivas falências ocorridas (MACEDO, 2006). Sob a bandeira da luta pela terra e contra a situação de pobreza provocada pela atividade canavieira no Norte Fluminense, o MST passa então a generalizar as ocupações de terras nesta região, incentivando o retorno de indivíduos ao campo (migração rural-urbano-rural) e, conseqüentemente, motivando também o processo de migração urbano-rural. Portanto, o MST abriu a possibilidade de incorporação ao Movimento tanto daqueles que se tornaram *órfãos* das atividades que envolviam a cana-de-açúcar, como de indivíduos de origem urbana.

A partir dessa visível retomada das ações no MST no Rio de Janeiro, nos anos 1990, é que foram também estabelecidos os assentamentos Ilha Grande e Che Guevara. Estes se originaram a partir da ocupação empreendida pelo MST em janeiro de 1998, em duas fazendas produtoras de cana-de-açúcar, pertencentes à Companhia Agrícola Baixa



Grande. As fazendas chamavam-se, respectivamente, “Ilha Grande” e “Marrecas”, ambas situadas na localidade de Marrecas que dista, aproximadamente, 48 quilômetros do perímetro urbano de Campos dos Goytacazes (PDA Che Guevara, 2001; PDA Ilha Grande, 2002).

4.2. Estratégia para a coleta de dados

Utilizamos como estratégias de coleta de dados a aplicação de entrevistas semi-estruturadas e a observação participante. Dessa forma, foram efetuadas vinte entrevistas e realizadas inúmeras visitas aos assentamentos que serviram de recorte para o estudo, nos meses de junho, julho, agosto, outubro e dezembro de 2007. Neste momento, procuramos compreender como os assentados vivenciaram os deslocamentos (físicos e sociais) empreendidos até a chegada aos assentamentos e a influência das posições sociais, que ocuparam e ocupam, na elaboração dos significados e representações sobre sua atual situação. Por isso, valorizamos nos diálogos travados no momento da realização das entrevistas, a trajetória migratória dos assentados, as atividades realizadas antes e depois da entrada no assentamento, as habilidades de trabalho adquiridas ao longo destas trajetórias, os valores que orientam o cotidiano do assentamento, principalmente no que tange à caracterização da vida no campo e na cidade.

5. As percepções dos assentados sobre as migrações, a cidade e o campo

Os dados coletados nos permitem inferir que o estabelecimento dos assentamentos rurais estudados promoveu alterações na dinâmica populacional daquela região, ainda que não representem um fenômeno de grande expressão no âmbito da demografia. O latifúndio, modalidade de propriedade que geralmente emprega pouca mão-de-obra, no período da ocupação já havia decretado falência, o que sugere a alteração que a criação dos assentamentos rurais proporcionou em termos da inclusão de pessoas naquele espaço. Verificamos que para a maioria dos entrevistados há uma relação direta entre a formação dos acampamentos e a migração para esta área a partir de 1998:

(...) Ai você vê como é que é as coisas né, meus irmãos ficaram desempregados, deu baixa do quartel, aí veio chegando um irmão, um outro, com o intuito de me ajudar, e acabaram ficando também aqui. Aí meus pais também vieram. Primeiro só eu que fui assentado, depois dois irmãos meus foram, mas antes de vir prá cá, nós moramos no Rio um bom tempo né (...)
(JOÃO, integrante do Assentamento Che Guevara).



O depoimento de João¹ citado acima nos adverte para um fator importante no cenário composto por deslocamentos para os assentamentos rurais: o papel das redes de parentesco como alicerce para quem está acampado em busca de um lote. Observamos que as trajetórias evidenciadas no caso estudado atestaram a função de parentes e amigos no favorecimento dos deslocamentos, seja acompanhando o migrante ou contribuindo para a sua manutenção até que o mesmo pudesse se estabelecer. Deste modo, constatamos que o destino do migrante não é individual, mas, na maioria das vezes, é tencionado pelas possibilidades e expectativas dos familiares: “*Vim sem nada, só com a roupa do corpo, mas morei uns tempos por aqui na casa da minha mãe* (Marcos, integrante do Assentamento Ilha Grande).”

Ao analisarmos as trajetórias migratórias dos entrevistados constatamos que a maioria teve uma passagem, mesmo que breve, pelo mundo urbano, em que sobressai à intensa busca pela fixação em um território a fim de criar-se oportunidades de autonomia financeira e reconhecimento social. Portanto, foi freqüente nos depoimentos a referência a trabalhos urbanos realizados durante os deslocamentos, a exemplo de José, que nasceu na zona rural, teve uma longa passagem pelo Rio de Janeiro executando funções tipicamente urbanas e, posteriormente voltou ao campo por meio da Reforma Agrária. E a experiência de Lúcia que também teve passagem pelo mercado de trabalho urbano: “*Trabalhava como doméstica, cozinhava, tomava conta de gente doente. Minha vida foi só trabalho, a vida toda. Desde a roça, quando meu pai botava a gente pra trabalhar.*”

Contudo, nos depoimentos constata-se uma valorização por parte dos entrevistados de ter pelo menos nascido ou mesmo passado pela zona rural antes de chegar ao assentamento. Este fato evidencia a necessidade que os assentados têm de justificar o merecimento do lote conquistado e, ao mesmo tempo, de demonstrar que além da experiência no trabalho urbano, sabem “*lidar com a terra*” e por isso são plenamente capazes de produzir e transformar o espaço que receberam. O retorno ao campo pressupõe então, o resgate de um passado distante fundamentado pela vivência agrícola, porém que não foi totalmente esquecido pelos assentados, por isto, foi freqüente entre os depoimentos a expressão “*nascido e criado na roça*”:

Eu nasci em São Luis de Mutuca, vim pra Campos com 11 anos de idade, meu pai era vivo, depois meu pai morreu e minha mãe ficou viúva com nove



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

filhos. Mas a gente sabe muita coisa de roça. A gente nasceu na roça, foi criado na roça. Apesar de ter vindo novinha, mas meu pai botava a gente pra trabalhar na roça. Capinar, panhar café (LÚCIA, integrante do assentamento Che Guevara).

Quando questionados a respeito das diferenças entre condições de vida antes e depois da entrada no assentamento, os assentados são enfáticos em dizer que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas naquele espaço, a vida melhorou após o recebimento do lote. O que demonstra o significado que migrar para o assentamento possui para estas pessoas, no sentido da promoção de alterações das condições de vida e mobilidade também social. No entanto, ingressar nos programas de Reforma Agrária, não significa apenas melhoria da qualidade de vida em termos estritamente econômicos, mas também remete a uma mudança significativa na posição dos indivíduos, enquanto membros de uma sociedade cuja propriedade possui papel fundamental.

Desta forma, os indivíduos revelaram que antes de receberem o lote possuíam o desejo de serem proprietários de algo, em que o *“morar no que é seu”* e todos os aspectos simbólicos que esta expressão carrega, assumem um papel essencial na justificativa das migrações para ao assentamento. Isto pressupõe a emergência de novas relações sociais: *“Eu não tinha outra coisa pra fazer minha filha. Pelo menos aqui faço umas lavourazinha, crio um gadinho. O sonho da gente é esse. É progredir* (PAULO, integrante do assentamento Ilha Grande).” Consta-se então, que a justificativa para ingressar no assentamento é a mesma para a maioria dos assentados: a busca da autonomia e da independência.

As funções exercidas no mercado de trabalho urbano, porém, fazem parte do cotidiano de alguns assentados. A passagem pela cidade revelou a possibilidade da realização destas atividades como estratégia de produção de recursos para investimento nos lotes e nas lavouras: *“Tem coisa que eu adquirir aqui que não foi só com o dinheiro de roça não, foi daqui da roça e de biscate por fora. Inclusive aqui tem um carrinho que eu não comprei com dinheiro de roça não* (AUGUSTO, integrante do assentamento Ilha Grande).” Assim, a condição de migrante, permitiu à grande parte dos assentados a incorporação de novas habilidades e estratégias de sobrevivência, (funções como empregada doméstica, servente de obras, encanador, estivador, etc.) que atreladas ao trabalho no campo contribuem para o fomento da renda familiar.



É preciso, porém, atentar-se para o fato de que, freqüentemente, os assentados remontam seu passado como uma situação caótica, com o objetivo de enfatizar a importância que o lote possui para os mesmos. Deste modo, cabe ao pesquisador problematizar e relativizar tais colocações, afim de não priorizar apenas este aspecto nas análises.

A partir do momento em que os assentados concluem que suas vidas melhoraram após a entrada no assentamento, surgem às percepções acerca dos marcos que delimitam as diferenças entre o campo e a cidade. Apesar da tendência de alguns estudos no ramo da Sociologia Rural apontarem para a diluição das fronteiras entre o urbano e o rural, observamos que para os assentados estas fronteiras existem. O primeiro aspecto que marca esta diferença refere-se às atividades realizadas no campo e as atividades urbanas. Para os assentados a vida e o trabalho no campo são muito mais pesados e complexos que as funções exercidas na cidade. O que podemos ver pelo depoimento de Lúcia:

Eu trabalhava (na cidade) de acompanhante numa casa e dormia na outra. Mas aqui, isso aqui a gente vive, mas numa luta. É muito trabalho, é muita coisa. (...) Mas eu gosto, eu tô aqui mais também porque eu gosto, eu podia ter vivido lá (na cidade). Meu filho mora lá, mas a minha opção foi vir pra cá.

Outro aspecto que emergiu nas conversas e que para os assentados retrata a diferença entre campo e cidade refere-se ao provimento de bens de consumo, como frutas e verduras. Foi recorrente entre os assentados a afirmação de que na cidade tudo tem que ser comprado, ao passo que no campo há a possibilidade de plantar ou mesmo contar com a generosidade do vizinho para obter alimentos como banana, aipim, milho, etc.:

Ah, na cidade a gente gasta, lá tudo a gente compra, aqui não. Às vezes o vizinho traz uma verdura, uma coisa assim, aqui gasta menos do que lá. Lá não, lá tudo é comprado, tudo tem que ser comprado. Aqui tem sempre tem um vizinho que traz abóbora, milho verde, aipim. De um jeito ou de outro eles tão trazendo. Lá é difícil um vizinho ter uma moitinha de aipim, quando tem assim mesmo é pouquinho (MARIA, integrante do Assentamento Che Guevara).

Na cidade não há tempo para gente fazer o que gosta de fazer. Ali tudo é pago. Aqui não, eu como banana figo frita e até hoje nunca paguei um centavo, os vizinhos sempre me dão (JOSÉ, integrante do Assentamento Che Guevara).

Além disso, para os assentados a cidade pressupõe uma indumentária mais sofisticada. Daí emerge entre eles a conclusão de que somente é possível ser bem



atendido e bem recebido nos estabelecimentos, se estiverem bem vestidos. Ao contrário do que acreditam acontecer no campo, onde as pessoas são livres para trajar-se de forma mais simples: *“Tem que melhorar a aparência um cadim né minha filha, porque senão ninguém atende a gente na rua (LÚCIA, integrante do Assentamento Che Guevara).”*; *“Nem aqui vou muito na cidade. Vou muito pouco na cidade, quem vai é a mulher. Não gosto de ir na cidade não, tem que trocar roupa, colocar sapato (...). (JOSÉ, integrante do Assentamento Che Guevara).* Estas representações tornam-se ainda mais marcadas quando observamos o depoimento de seu Jorge:

A vida da cidade a diferença é que pra mim, tudo bonitinho, calçadinho, cabelinho penteado jogado pra trás, vivendo na banha, mas com o que tá no bolso não dá pra comprar um guaraná, concordou comigo? (...). É bonito né, com roupinha limpinha, bem trajado, calçadinho no pé, né. E aqui na roça não tem. Aqui você tem que jogar o pé no chão, e bem, se você quiser vir com uma roupinha melhor você pode vir, mas chega ali você troca, apanha a inferior e joga no batente, de tarde você larga a inferior ali, bota a limpinha e aí acabou (JORGE, assentado do Assentamento Che Guevara).

A discussão a respeito da liberdade tornou-se um ponto fundamental nas conversas com os assentados. Liberdade que consideram ter de plantar, colher, morar no que é seu, se vestir do jeito que mais lhe convém, viver com tranqüilidade. O que nos leva a inferir que se antes, acreditava-se que migrar para a cidade de certa forma, consistiria numa maneira de libertar-se das amarras presentes no campo, para os assentados entrevistados, hoje, voltar ao campo por meio dos assentamentos – apesar de todas as dificuldades enfrentadas e decorrentes dos problemas da implantação da modalidade de reforma agrária preconizada pelo governo –, significa adquirir uma liberdade perdida no momento em que de lá foram expulsos, e tiveram que alojar-se nas periferias urbanas.

E para aqueles que pela primeira vez experimentam a oportunidade de viver e trabalhar no meio rural surge à possibilidade de libertar-se ou pelo menos atenuar os efeitos das privações sofridas nas áreas mais carentes das cidades, locais onde reside a maioria dos brasileiros que não tem qualificação para atuar no mercado de trabalho contemporâneo. Isto demonstra que a migração nem sempre pode ser considerada um fenômeno negativo, já que neste caso emerge como uma oportunidade de melhoria na condição de vida destas pessoas.



6. Considerações Finais

Os assentamentos que consistiram no local onde esta pesquisa foi realizada estão localizados relativamente próximos ao perímetro urbano. São ligados diretamente à cidade pela presença do transporte urbano e pela atuação do transporte alternativo, representado pelas vans que cortam os assentamentos e que conduzem as pessoas para o centro de Campos dos Goytacazes. Devido ao contato direto com o perímetro urbano, dada a passagem dos indivíduos por este espaço durante o processo de migração rural-urbano-rural e urbano-rural, bem como por meio da experiência de trabalho nas cidades, verifica-se que características consideradas oriundas da vivência urbana estão incutidas em seus habitus e, também contribuem para a conformação das identidades presentes naquele espaço.

Tais fatos colaboram para que os assentados busquem aproximar suas formas de vida no assentamento à vida na cidade ao mesmo tempo em que delimitam claramente a fronteira e diferenças que acreditam existir entre o rural e o urbano. Assim, estas diferenças estão mais ligadas aos aspectos como às modalidades de trabalho empreendido em cada local, ao menor ou maior trânsito de pessoas naqueles espaços, ao controle do tempo e a tranquilidade atribuída aos assentamentos e ao modo de trajar-se, que a forma de vida no que tange a aspectos como desejo de uma renda fixa e aspirações por serviços essenciais como saúde e educação, melhoria na estrutura das casas, aquisição de eletrodomésticos, etc.

Dito isso, a análise dos processos migratórios, que visivelmente manifestam o desejo de retorno, entrada ou manutenção de indivíduos na zona rural nos permite fazer a seguinte inferência: Se por um lado, as mudanças no mundo do trabalho e a influência do setor urbano refletem no campo, conseqüentemente, nos assentamentos, – destacando-se alterações no modo de vida tradicionalmente concebido para os indivíduos que residem neste espaço –, por outro lado, sinaliza que tais alterações são traduzidas e inseridas nas relações sociais, no sistema de representações, e nas percepções dos indivíduos.

Deste modo, apesar da proximidade da cidade e da trajetória migratória de muitos assentados, cuja maioria durante o processo de migração, teve pelo menos uma breve passagem pelo mundo urbano, os assentamentos possuem particularidades relacionadas a um estilo de vida rural, que diverge das relações empreendidas no espaço



urbano, mas que não coincidem com as definições tradicionalmente cunhadas para o campo. Isto demonstra que é preciso relativizar e estabelecer questionamentos às teorias que prenunciam o desaparecimento ou então submersão do rural pelos processos urbanos e, direcionar a discussão para um patamar capaz de considerar, dentre as possibilidades, que assim como a dinâmica urbana sofre alterações constantes, o campo também não é algo estático, o que, no entanto não implica simplesmente na sua submersão, mas no surgimento de relações atualizadas e complexas.

7. Referências Bibliográficas

ARANGO, Joaquín. Las 'Leyes de las Migraciones' de Ravenstein, cien años después. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. V. 32. Dez.1985. pp. 7-26. Disponível em: WWW.dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?articulo=250715&orden=80729. Acesso em 01 de jan. 2008.

AZEVEDO, Hamilton Jorge de. *Uma Análise da Cadeia Produtiva de cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense*. Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense. Boletim Técnico Nº 06. Abr. 2002. Disponível em: www.cefetcampos.br/observatorio. Acesso em dez. 2007.

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense. In: *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: Edições NEGEF. 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 2007

_____. A ilusão biográfica. In: M. FERREIRA e J. AMADO (Eds.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV. 1998.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes. 3ª edição, 1999.

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidade: novas identidades em construção*. In Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.html>. Acesso: jul. 2005.

CARVALHO, Ailton Mota de; SILVA, Roberto Cezar Saraiva da. Formação Econômica da região Norte Fluminense. In: *Economia e Desenvolvimento da região*



Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

ESTERCI, Neide. *Migrações e Migrantes, uma nova versão.* UFRJ/IFCS, N.º 4, 1985.

FERREIRA, Angela Damasceno Duarte. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: *Estudos Sociedade e Agricultura.* N.18. Abr. 2002.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRRJ (FAPUR). *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Che Guevara.* Rio de Janeiro: 2001.

_____. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Fazenda Ilha Grande.* Rio de Janeiro: 2002.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: Caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.* São Paulo: Marco Zero, 1989.

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Ano 5, V. 14. out. 1990. p 59-67.

HALL, Stuart. *Da Diáspora Identidades e Mediações Culturais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003 a.

_____. Quem precisa de identidade? In: Tomaz Tadeu Silva, org. *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MACEDO, Marcelo Hernandez. Entre a "violência" e a "espontaneidade" reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. *Mana.* Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Jan 2008.

_____. MST, políticos locais e sindicatos – uma etnografia da representação política do campesinato no Rio de Janeiro. In: 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia. *Anais... Reunião da Associação Brasileira de Antropologia.* 2007.

MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes.* João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.



MUNIZ, Jerônimo Oliveira. *Um ensaio sobre as causas e características da migração*. Mimeo. 2002.

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento Rural: Reforma Agrária em Migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997. b.

_____. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: um estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana*. Niterói: EDUFF, 1997. a.

PEIXOTO, João. *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004, p. 04. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>. Acesso em: 10/10/2007.

SAUER, Sérgio. *A luta pela terra e a reinvenção do rural*. XI congresso brasileiro de Sociologia. Campinas, set. 2003. Disponível em: www.nead.org.br/download.php?form=.doc&id+266. Acesso em: Agos. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003 b.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Olhares sobre o Rural Brasileiro*. Recife: (mimeo). Out. 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: Tomaz Tadeu Silva, org., *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

¹ Optou-se aqui por usar nomes fictícios, mantendo em sigilo a identidade verdadeira dos entrevistados, uma vez que as entrevistas envolvem depoimentos muito particulares para estas pessoas.